



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Processo nº: 2013/3631  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013

**Minuta**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2013**

I. REGÊNCIA LEGAL <b>LEI Nº 1 0.520/02, DECRETO Nº 3.555/2000, DECRETO Nº 5.450/2005, DECRETO 5.504/2005, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, RESOLUÇÃO DO CPJ/MPPB Nº 002/2007 DE 15 DE MARÇO DE 2007 E, SUBSIDIARIAMENTE, PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, ALÉM DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS E DO DISPOSTO NO PRESENTE EDITAL.</b>	
II. ÓRGÃO INTERESSADO <b>MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA</b>	
III. MODALIDADE <b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2013</b>	IV. PROCESSOS ADMINISTRATIVO Nº <sup>º</sup> : <b>2013/3631</b>
V. TIPO DE LICITAÇÃO <b>MENOR PREÇO POR ITEM</b>	VI. FORMA DE AQUISIÇÃO <b>30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO</b>
VII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO <b>MENOR PREÇO</b>	
VIII. OBJETO <b>Aquisição de equipamentos de informática – Switches, módulos Mini-GBICs, Kit Rádios de Transmissão e Nobreaks, para atender as necessidades do Ministério Público Paraibano, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Anexo I (Especificações).</b>	
IX. Local e Data do Recebimento das Propostas e Início da Sessão de Lances: <b>Endereço eletrônico: O Pregão será realizado em sessão pública <i>on line</i> por meio de recursos de tecnologia da informação (INTERNET), através do site <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, no quadro sites Especiais, selecionando Portal de Compras CAIXA, escolhendo no quadro Navegar por: "Licitações e Fornecedores a opção Outros Compradores - Pregão Eletrônico, item Editais, selecionando, no quadro Comprador, a opção MP/PB- Ministério Público da Estado da Paraíba ", constante da página eletrônica da Caixa Econômica Federal.</b>  <b>Data da Publicação do Aviso de Licitação: 23/04/2013.</b> <b>Credenciamento dos interessados: 06/05/2013 até às 09:00 horas.</b> <b>Recebimento das propostas: 06/05/2013 até às 09:30 horas</b> <b>Início da sessão de lances: 06/05/2013 das 10:30 às 11:30 horas</b>  <b>O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente</b>	



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Processo nº: 2013/3631  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013

determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

**X. DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE OS LANCES**

Na fase de lances, a Pregoeira poderá estabelecer um degrau mínimo para ser ofertado pelos licitantes, que poderá ser retirado, a qualquer tempo, objetivando a continuidade das disputas e obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

XI. DOTAÇÃO (ÕES) ORÇAMENTÁRIA

Prog.trabalho	Projeto	Nat. Despesa	GR	FT
5046	4219	4490520	14	00

XII. PRAZO DE ENTREGA

**30 DIAS, após emissão da nota de empenho.**

XIII. LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pela Pregoeira e sua equipe de apoio, de segunda a quinta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h, sendo na sexta-feira, o horário das 07:00 às 13:00 horas, na sala de licitações do Ministério Público do Estado da Paraíba, situada no anexo administrativo do Edifício sede, na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, João Pessoa/PB, pelo fone (83) 2107-6073 e fax (83) 2107 -6064 ou pelo e-mail elizabete@mp.pb.gov.br.

XIV. Pregoeiro responsável

**ELIZABETE LEÔNIA SOARES DE OLIVEIRA**

*Portaria nº 202 de 27/03/2013, publicada no Diário Oficial Eletrônico do MP-PB, em 27 de março de 2013.*

**XV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**15.1.** Somente serão admitidos a participar desta licitação os interessados previamente credenciados perante a **Caixa Econômica Federal**, em qualquer agência sediada no país e que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

**15.2.** Não será admitida a participação de empresas, em consórcio, nesta Licitação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo n.º: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02-2013**

**15.3.** Não será admitida a participação de pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente, diretores, membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, devendo ser apresentada **DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo VII.**

**15.4.** O licitante, que desejar utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, deverá identificar o tipo de segmento da empresa que representa, em campo disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal. **No caso de ser utilizado o** tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n.º 123/2006), a licitante declarada vencedora **DEVERÁ** comprovar que se encontra devidamente registrada, na Junta Comercial do Estado de origem, como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por **meio de declaração (conforme modelo do Anexo VI),** declarando, sob as penas da lei, que estão enquadradas com ME ou EPP na Junta Comercial e que atendem aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, além de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando aptas a usufruírem do tratamento favorecido e que não se incluem em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal.

**15.5.** A licitante vencedora **DEVERÁ** apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, **datada de 2013, tão logo seja declarada vencedora do certame, cujo documento é requisito indispensável, para finalização da presente aquisição.**

## **XVI - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

**16.1.** O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições das Leis Federais N.º 10.520 de 17 de julho de 2002 do Decreto N.º 3.555/2000, Decreto N.º 5.450, de 31 de abril de 2005, e do Decreto N.º 5.504/2005, da Lei Complementar N.º 123/2006, da Resolução CPJ/MPPB N.º 002/2007 de 15 de março de 2007 e, subsidiariamente, da Lei Federal N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

## **XVII - CREDENCIAMENTO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**17.1.** O credenciamento do licitante, para participar do pregão, na forma eletrônica, deve ser realizado através do sistema de Compras da Caixa Econômica Federal, impreterivelmente no horário estabelecido neste Edital.

**17.2.** Para obtenção da certificação e do cadastramento a empresa deverá acessar a página eletrônica [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), no quadro Sites Especiais, selecionando Portal de Compras CAIXA, escolhendo no quadro Navegar Por: Licitações e Fornecedores a opção Outros Compradores – Pregão Eletrônico, item Cadastre-se, onde deverá informar todos os dados solicitados.

**17.3.** As empresas cadastradas no site da CAIXA e que estejam interessadas em participar do presente certame, mas não possuem senha de acesso ou a esqueceram, devem acessar o endereço eletrônico [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), menu Sites Especiais, selecionar Portal de Compras CAIXA, confirmando no botão (OK).

### **XVIII - PROPOSTA DE PREÇO**

**18.1.** Antes de enviar a proposta comercial, em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste Edital.

**18.2.** As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) mediante a opção "**menu Sites Especiais**".

**18.3.** O prazo de validade da Proposta comercial é de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura.

**18.4.** A proposta e os lances formulados deverão **apresentar preço por item** para a quantidade total demandada, expresso em real, com duas casas decimais.

**18.5.** O preço será fixo e irrevogável.

**18.6.** A marca, modelo, referência e demais características dos objetos ofertados deverão ser informados, obrigatoriamente, **no Anexo II (Planilha Orçamentária)**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**18.7.** Deverão incluir, nos preços constantes da proposta dos licitantes, todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, taxas, encargos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, transporte, seguros e outras, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

**18.8.** O Ministério Público não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados.

**18.9.** A(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s), pela Pregoeira, deverá(ão) apresentar a proposta com os **preços vencedores** do certame, contendo as planilhas e especificações detalhadas do objeto ofertado, **no prazo máximo de 01 (um) dia útil**, contado a partir do encerramento da fase de negociação, com os preços já atualizados e em conformidade com a negociação final, via fax (83) 2107-6064, devendo as propostas originais ou cópias autenticadas serem entregues, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** à Pregoeira ou integrante da equipe de apoio, no endereço citado no **item XIII**.

**18.10.** Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá suspender o pregão, devendo estabelecer, imediatamente, um novo prazo de **até 30 (trinta) minutos** para o recebimento de novas propostas.

**18.11.** Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

## **XIX - HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO**

**19.1.** Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente e serem apresentados, de imediato, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, mediante a remessa via fax, com encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do encerramento do pregão, sendo, inclusive, condição indispensável para a adjudicação. Constatado o atendimento às exigências, o licitante será declarado habilitado.

**19.2. Na habilitação, exigir-se-á dos interessados:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**19.2.1. A Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**19.2.1.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.

**19.2.1.2.** Que seja apresentada **DECLARAÇÃO**, cujo texto comprove a inexistência de menor no quadro da empresa **conforme o modelo do Anexo V**, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal, e ao inciso XVIII do art.78 da Lei nº 8.666/93.

**19.2.1.3.** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

**19.2.2. A Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da dívida ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- e) prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FTGS/CRF.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**19.2.3. A Regularidade Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação do seguinte documento:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**19.2.4. A Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação da certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data do recebimento das propostas, prevista no **Item IX** deste Edital.

## **XX – SESSÃO DO PREGÃO**

**20.1.** A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital.

**20.2.** Todas as propostas, que estiverem em consonância com as especificações e condições estabelecidas neste Edital, serão classificadas para a etapa de lances.

**20.3.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

## **XXI – LANCES ELETRÔNICOS**

**21.1.** Após a classificação das propostas, a Pregoeira fará a divulgação no sistema eletrônico, convocando os proponentes para apresentarem lances.

**21.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando-se o horário estabelecido e as condições de aceitação.

**21.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**21.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**21.5.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão do licitante, nesta etapa, e manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito da classificação final.

**21.6.** Havendo apenas uma oferta, mas que atende a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo a Pregoeira negociar, visando obter preço melhor.

**21.7.** Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

**21.8.** Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente **pelo critério de menor preço por item.**

**21.9.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes acompanharão, pelo sistema da CAIXA, em tempo real, o valor do menor lance registrado, que fora apresentado pelos demais licitantes, vedada a indicação do detentor do lance.

**21.10. No caso de desconexão da Pregoeira com o sistema,** no decorrer da etapa competitiva do pregão, e permanecendo o sistema acessível aos licitantes, a etapa terá continuidade para a recepção de lances, devendo a Pregoeira, assim que for possível, retomar sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**21.11.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após 30 (trinta) minutos da comunicação expressa aos participantes.

**21.12.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 02 (duas) horas, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e somente terá reinício no dia e horário previamente fixado no Sistema do Banco [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).

**21.13.** A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**21.14.** Alternativamente ao disposto no item anterior, poderá a Pregoeira, mediante justificativa devidamente registrada em Ata, antecipar o



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

encerramento da sessão, desde que transcorrido o tempo mínimo de 50 % do previsto inicialmente no edital para a sessão de lances, mediante o encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

## **XXII - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**22.1.** O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

**22.2.** Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta.

**22.3.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor e, não tendo havido qualquer manifestação de interposição de recurso, o objeto deste certame ser-lhe-á adjudicado, pela Pregoeira, cuja homologação se dará, posteriormente, pela Autoridade Superiora.

**22.4.** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, seguindo os demais procedimentos descritos no item anterior.

**22.5.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados para a Administração, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto do contrato.

**22.6.** Da sessão, o sistema gerará Ata Circunstanciada, onde estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando disponível para consulta no site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

**22.7.** Sendo aceitável a oferta, será verificado, pela Pregoeira, o atendimento das condições habilitatórias do licitante que a tiver formulado, conforme previsto no item **XIX** deste Edital.

## **XXIII - RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

**23.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**23.2.** Caberá à Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

**23.3.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

**23.4.** Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**23.5.** A falta de manifestação, imediata e motivada do licitante, para recorrer da decisão da Pregoeira, importará decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, haverá a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, nos termos dos itens "22.3." e "24.1." deste Edital.

**23.6.** Quando mantida a decisão pela Pregoeira, no prazo de até 03 (três) dias úteis, o processo será instruído e encaminhado, juntamente com os recursos, à autoridade superior, para ulterior julgamento.

**23.7.** A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

**23.8.** O recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

**23.9.** O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### **XXIV – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**24.1.** Não havendo a manifestação de recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

**24.2.** Após o julgamento, caso ocorra a manifestação da interposição de recurso, caberá à Autoridade Superior a adjudicação do objeto licitado à proponente vencedora, bem como a homologação do procedimento licitatório.



## **XXV - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**25.1** A efetivação do pagamento será feita por meio de depósito em conta corrente através de ordem bancária, após a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada com as especificações e quantitativo entregue, atestada por servidores da Diretoria de Planejamento do Ministério Público e da Diretoria de Tecnologia da Informação, cujos servidores verificarão, antes de atestar a citada nota fiscal, o cumprimento às exigências dos itens relacionados neste Edital, mais especificamente no **item XXVII e no Anexo I**.

**25.2** A Contratada deverá informar à Diretoria Financeira desta Procuradoria-Geral de Justiça os dados bancários para realização do depósito citado no item anterior.

**25.3.** Anexado à Nota Fiscal dos produtos, deverá constar o respectivo Termo de Garantia do Fabricante contra defeitos de fabricação, correspondente a cada item, discriminando o quantitativo entregues.

**25.4.** Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5 % (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termos do Decreto Estadual nº 32.086/2011.

## **XXVI - REAJUSTAMENTO**

**26.1.** Os Preços ofertados serão fixos e irremovíveis.

## **XXVII - DA FISCALIZAÇÃO E DA ENTREGA DO OBJETO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**27.1.** A empresa vencedora deverá entregar os objetos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da nota de empenho, acompanhados de Nota Fiscal, para conferência do produto licitado, localizado na Rua 13 de Maio, nº 663, Centro, João Pessoa/PB de segunda a quinta-feira, no período de 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas e, na sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, em dias úteis.

**27.2.** O objeto licitado só será recebido depois de certificado pela Diretoria de Tecnologia da Informação, observando-se o cumprimento das especificações relacionadas no Anexo I, após o que, deverá ser emitido termo de recebimento, observada ainda a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em 02 (duas) vias.

## **XXVIII - SANÇÕES**

**28.1.** Dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante que cometer qualquer das infrações abaixo relacionadas, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de ser descredenciada do SIREF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta:

**28.1.1.** Não entregar o objeto contratado;

**28.1.2.** Apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública;

**28.1.3.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

**28.1.4.** Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

**28.1.5.** Não manter a proposta;

**28.1.6.** Falhar ou fraudar a entrega do objeto contratado;

**28.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;



**28.1.8.** Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

**28.2.** Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas as penalidades previstas, segundo a gravidade da falta cometida.

**28.3.** As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

## **XXIX - REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO**

**29.1.** A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49, da Lei N.º8.666/93, no seu todo ou em parte.

## **XXX - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**30.1.** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Pregoeira, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**30.2.** Os encargos de natureza tributária, social e parafiscal são de exclusiva responsabilidade da empresa a ser contratada.

**30.3.** É facultada à Pregoeira ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

**30.4. A apresentação da proposta implica, para a licitante, observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Processo nº: 2013/3631**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**30.5.** A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

**30.6.** O Licitante vencedor fica obrigado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgão de controle interno e externo da União.

**30.7** Na verificação do Edital, o adquirente deverá observar se o seu exemplar está devidamente completo, composto pelos seguintes anexos:

Anexo I - Especificação dos Produtos
Anexo II – Planilha Orçamentária
Anexo III – Planilha Orçamentária Resumida
Anexo IV – Declaração de Conhecimento e Atendimento às Condições de Habilitação
Anexo V – Declaração da Inexistência de Menor no Quadro da Empresa Resumida
Anexo VI – Declaração de Enquadramento como ME ou EPP
Anexo VII – Declaração de que não possui sócio/parente no MPE/PB
Anexo VIII – Minuta de Contrato

**30.8.** A Pregoeira poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.

**30.9.** Caberá exclusivamente ao representante credenciado da licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico, durante a sessão do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**30.10.** Este Edital e seus anexos foram examinados e aprovados pelo Setor Jurídico do Ministério Público da Paraíba, conforme exigência legal disposta no art. 38 da Lei N.º8.666/93, parágrafo único.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Processo nº: 2013/3631**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**30.11.** A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

**30.12.** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de João Pessoa, Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**30.13.** Os casos omissos serão dirimidos pela Pregoeira, com observância da legislação em vigor, em especial as Leis Federais N.º 8.666/93 e N.º10.520/2002.

João Pessoa, 11 de março de 2013

**ELIZABETE LEÔNIA SOARES DE OLIVEIRA**  
**PREGOEIRA OFICIAL**



## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS

#### 1 - OBJETO

Aquisição de *Switches*, módulos Mini-GBICs, Kit Rádios de Transmissão e *Nobreaks*, conforme especificações e quantitativos descritos abaixo, a fim de atender as necessidades do Ministério Público da Paraíba.

#### 2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS / QUANTIDADES

- **ITEM 01 – SWITCH BORDA 48 PORTAS** - Quantidade: 05 (cinco)

##### **Especificações Técnicas Mínimas:**

- Deve possuir 48 (Quarenta e oito) portas 10/100/1000BaseT baseadas em conectores metálicos 8P8C (RJ-45 comercial) com suporte a autonegociação de velocidade de operação, suporte aos modos de operação *Half Duplex* e *Full Duplex*, suporte a Auto MDI/MDI-X;
- 4 (quatro) *slots* GBICs do tipo SFP para conexão de portas SFP para uso dos protocolos 1000BaseSX e 1000BaseLX em conectores do tipo LC;
- Os *slots* GBICS SFP mencionados no ponto anterior podem ser compartilhados com portas 10/100/1000BaseT;
- Todas as portas mencionadas anteriormente (48 portas 10/100/1000BaseT + 04 slots GBICS SFP 1000BaseSX/1000BaseLX) devem fazer parte do mesmo equipamento;
- Largura de Banda / *Backplane*: 96Gbps;
- Gerenciamento baseado em interface WEB, com idioma em inglês ou português;



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

- Controle de acesso por senha;
- Tabela de endereços MAC: 8.000 endereços;
- Suporte a *Vlans*;
- Suporte a *Spanning Tree*;
- Suporte a *QoS*;
- Suporte a *Link Agregation*;
- Leds indicadores: Alimentação e atividade;
- Alimentação: *Bivolt* automático 110/220V com fonte interna;
- Compatibilidade de instalação em rack de 19 polegadas;
- Deve possuir tamanho máximo de 1U de altura;
- **Acessórios:** Deverá acompanhar cabo de força e kit para montagem em Rack 19 polegadas;
  - Estes acessórios podem ser fornecidos separadamente caso não sejam padrão do equipamento.
- **ITEM 2 – SWITCH 24 PORTAS** - Quantidade: 06 (seis).

**Especificações Técnicas Mínimas:**

- Deve possuir 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000 Mbps baseadas em conectores metálicos 8P8C (RJ-45 comercial) com suporte a autonegociação de velocidade de operação;
- Suporte aos modos de operação: *Half Duplex* e *Full Duplex*;
- Suporte a Auto MDI/MDI-X: Detecção automática do padrão do cabo (normal ou *crossover*);



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Processo nº: 2013/3631**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

- Largura de banda / *Backplane*: 40 Gbps;
- Tabela de endereços MAC: 8.000 endereços;
- Leds indicadores: Alimentação e atividade;
- Compatibilidade de instalação em Rack de 19 polegadas;
- Alimentação: Bivolt automático 110/220V;
- **Acessórios:** Deverá acompanhar fonte ou cabo de força e kit para montagem em Rack 19 polegadas;
- Estes acessórios podem ser fornecidos separadamente caso não sejam padrão do equipamento.
  
- **ITEM 3 – SWITCH 16 PORTAS** - Quantidade: 09 (nove)

**Especificações Técnicas Mínimas:**

- Dever possuir 16 (dezesesseis) portas 10/100/1000 Mbps baseadas em conectores metálicos 8P8C (RJ-45 comercial) com suporte a autonegociação de velocidade de operação;
- Suporte aos modos de operação: *Half duplex* e *Full Duplex*;
- Suporte a auto MDI/MDI-X: Detecção automática do padrão do cabo (normal ou crossover);
- Leds indicadores: Alimentação e atividade;
- Alimentação: *Bivolt* automático 110/220V;
- Deverá acompanhar cabo de força ou fonte;
  
- **ITEM 4 – MÓDULO MINI-GBIC 1000BASE-SX SFP** -
- Quantidade: 02 (dois).



**Especificações Técnicas Mínimas:**

- Módulo Mini-GBIC/SFP 1000Base-SX SFP, para taxas de 1 GBPS;
- Conversor de interface *Gigabit* (SFP *Transceiver* do tipo Mini-GBIC);
- Funcionamento com fibra ótica do tipo multimodo;
- Conector do tipo LC;
- Suporte a distâncias de 300 metros;
  - Compatibilidade com o *Switch* do item 1.
- **ITEM 5 – NOBREAK DE 3KV<sub>a</sub>** - Quantidade: 02 (dois).

**Especificações Técnicas Mínimas:**

- Forma de onda: Senoidal por aproximação, semi-senoidal, senoidal modificada ou senoidal pura;
- Potência de saída: 3000Va;
- Fator de potência: 0,62 ou superior;
- Entrada: 220V ou *bivolt* automático (115/220V);
- Saída: 115V;
- Deve possuir no mínimo 08 tomadas padrão NBR14136;
- Deve ser microprocessado;
- Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL): Sim;
- Deve permitir ser ligado na ausência de rede elétrica (DC start);
- Filtro de linha interno: Sim;
- Estabilizador interno: Sim, com no mínimo 4 (quatro) estágios de regulação;
- Proteção contra: Curto-circuito, sobrecarga, subtensão, sobretensão;



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Processo n°: 2013/3631**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 02-2013**

- Conector do tipo engate rápido para expansão de autonomia;
- Botão liga/desliga “seguro”, projetado para evitar o desligamento acidental (botão temporizado, embutido, etc);
- Saída para comunicação inteligente: RS232 ou superior;
- Deve possuir *software* para gerenciamento do *Nobreak*;
- Deve ser fornecido manual (impresso ou digital) do equipamento ofertado, em português ou inglês;
  
- **ITEM 6 – NOBREAK DE 600Va** - Quantidade: 09 (nove).

**Especificações Técnicas Mínimas:**

- Forma de onda: Senoidal por aproximação, semi-senoidal, senoidal modificada ou senoidal pura;
- Potência de saída: 600VA ou superior;
- Entrada: 220V ou *bivolt* automático (115/220V);
- Saída: 115V;
- Microprocessado: Sim;
- Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL): Sim;
- *DC Start* / Partida a frio: Deve permitir ser ligado na ausência da rede elétrica;
- Estabilizador interno: Sim, com no mínimo 4 (quatro) estágios de regulação;
- Filtro de linha interno: Sim;
- Proteção contra: Curto-circuito, sobrecarga, subtensão, sobretensão;
- Alarme sonoro;



- Leds indicadores de operação do *nobreak*;
- Chave liga/desliga embutida ou com sistema temporizador para evitar desligamento acidental;
- Deve possuir no mínimo 04 (quatro) tomadas padrão NBR 14136:2002;
- Composição do gabinete em material anti-chama;
- Deve acompanhar fusível compatível com rede 220V;
- Deve ser fornecido manual (impresso ou digital) do equipamento ofertado, em português ou inglês;
  
- **ITEM 7 – KIT RÁDIOS DE TRANSMISSÃO** - Quantidade: 03 (três).

### **Especificações Técnicas Mínimas da Solução:**

#### **Rádios de Transmissão**

- Kit de 2 (dois) Rádios para utilização em ambiente “*outdoor*” (ao ar livre);
- Potência mínima: 320mW
- Padrão de operação: 802.11 a/n (faixa 5 Ghz);
- Modos de operação: Ponto a ponto, multi-ponto;
- Deve possuir recurso de monitoramento de sinal;
- Conector RF: N Macho (conecta-se diretamente a antena);
- Interface de rede: 01 conector RJ-45, Cat. 5 10/100 BASE-TX Ethernet;
- Tipo de instalação: Rádio deve ser acoplado diretamente a antena externa;

#### **Fonte de alimentação**



- Kit de 2 (duas) Fontes de alimentação do tipo PoE compatíveis com o rádio ofertado;
- Tensão de entrada: Bivolt automática 110/220V;
- 01 porta RJ45 Energia / Dados;
- 01 porta RJ45 Dados;

#### **Antena**

- Kit de 2 (duas) antenas disco destinadas a ambientes “outdoor” (ao ar-livre) para enlaces ponto a ponto;
- Padrão de operação compatível com o rádio ofertado: 802.11 a/n (faixa 5 Ghz);
- Ganho: 21dBi;
- Conector RF: 01 N Fêmea (conecta-se diretamente ao rádio);
- Potência: 10 W ou superior;
- Acabamento em pintura eletrostática ou similar;
- Composto por material resistente a condições “hostis” (exposição ao sol, chuva);
- Deve acompanhar manual de instalação;

#### **Acessórios**

- Deverão ser fornecidos todos os cabos, conectores, parafusos, abraçadeiras e demais itens necessários para perfeita instalação, configuração e utilização plena do equipamento.

### **3- CONDIÇÕES DE ENTREGA, GARANTIA E SUPORTE**

#### **3.1 – Condições de Garantia e Suporte**



3.1.1 - Os itens 5 e 6 deverão possuir garantia de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, para reposição de peças ou troca de equipamento;

3.1.2 – Os itens 1, 2, 3, 4 e 7 deverão possuir garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, para reposição de peças ou troca de equipamento;

3.1.3 - A assistência técnica da contratada deverá solucionar o chamado de suporte técnico, após sua abertura por técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação do MPPB, em até 5 (cinco) dias úteis, ao final dos quais, caso não tenha sido solucionado, deverá ser substituído por equipamento idêntico ou superior no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

3.1.4 - O MPPB será isento de qualquer custo relativo ao serviço de manutenção, incluindo o transporte do equipamento, quando necessário;

### **3.2 – Condições de Entrega**

3.2.1 - Os equipamentos ofertados bem como seus componentes deverão ser novos e originais do fabricante, e devem estar na linha de produção da fabricante. Não serão aceitos equipamentos com componentes e periféricos reconicionados;

3.2.2 - Prazo para entrega: até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da emissão da nota de empenho.

## **ANEXO II**

### **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

<b>ITEM/DESCRIÇÃO</b>	<b>UN</b>	<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
1				
2				
3				
4				

**VALOR GLOBAL R\$**

INTEGRAM ESTE PREGÃO AS CONDIÇÕES GERAIS ANEXAS.  
PRAZO DE ENTREGA: NÃO SUPERIOR A 30 (TRINTA) DIAS, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: NÃO INFERIOR A 60 (SESENTA) DIAS

..... de .....de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**ANEXO III**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA RESUMIDA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>DATA:</b>	<b>VALIDADE DA PROPOSTA</b>	<b>PRAZO DE ENTREGA:</b>

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREÇO GLOBAL</b>
<b>1</b>		
<b>2</b>		
<b>3</b>		
<b>4</b>		

..... de ..... de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal

#### **ANEXO IV**

### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo n°: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 02-2013**

A (nome da empresa)..... CNPJ,  
N.º ....., com sede na .....,  
declara ter conhecimento do inteiro teor do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO  
N.º 002/2013, em toda a sua integralidade, e que atende plenamente às  
exigências de habilitação.

..... de .....de 2013.

---

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013

## **NO QUADRO DA EMPRESA**

A (nome da empresa) ..... CNPJ  
N.º....., com sede na ....., declara,  
sob as penas da lei, que em suas instalações, não há realização de  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a  
realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na  
condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

.....,..... de .....de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**ANEXO VI**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Processo nº: 2013/3631  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013

**Modelo de Declaração, apenas para empresas enquadradas na Junta Comercial do seu Estado como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.**

### **DECLARAÇÃO**

**(nome do administrador ou representante, este no caso de firma individual)**, CPF nº \_\_\_\_\_, residente na (Rua; Avenida, Bairro e Estado), **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da lei, que a Empresa (razão social da empresa) se encontra devidamente **registrada e enquadrada** na Junta Comercial do Estado (citar Estado) como sendo uma (microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme caso), e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo aos requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **DECLARA** que não se inclui em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que o impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Local e data

### **ATENÇÃO**

#### **Ass. do administrador contratual ou pelo titular**

\* Observe as condições para a assinatura da declaração: (A DECLARAÇÃO deverá ser **assinada pelo sócio administrador** (identificado no instrumento contratual) **ou pelo titular, no caso de firma individual**, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta.

### **ANEXO VII**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013

## **Modelo de Declaração**

### **DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que em nosso quadro não participam como sócio, gerente e diretores quaisquer membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

#### **Local e Data**

**Ass. do administrador contratual ou pelo titular**

**CPF.:** \_\_\_\_\_

**RG.:** \_\_\_\_\_

**ANEXO VIII**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013

**MINUTA DO CONTRATO (PROCESSO Nº: 2013/3631)**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2013**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2013**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE**  
**\_\_\_\_\_ QUE, ENTRE**  
**SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**DO ESTADO DA PARAÍBA-PGJ E A**  
**EMPRESA**  
**\_\_\_\_\_ , NA**  
**FORMA SEGUINTE**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA – PGJ**, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.284.001/0001-80, com sede em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, na Rua Rodrigues de Aquino, SN, Centro, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, portador do CPF nº: ....., e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: \_\_\_\_./\_\_\_\_-\_\_, Inscrição Estadual Nº \_\_\_\_./\_\_\_\_-\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Sala \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_./\_\_\_\_, CEP.: \_\_\_\_./\_\_\_\_./\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr., (brasileiro), (casado/solteiro), cédula de identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ....., domiciliado na Rua ..... com poder de representação, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, celebrar o presente Contrato, tendo em vista o Processo Administrativo MPPB/PGJ Nº: auto 2013/3631, Processo Licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2013, fundamentado na Lei Geral de Licitações, que se regerá com fundamento nas disposições do mesmo diploma legal e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**



O objeto do presente instrumento consiste na aquisição de equipamentos de Informática, com garantia de \_\_\_\_\_, tudo em conformidade com o que consta no Termo de Referência do respectivo edital, proposta do fornecedor - vencedora do certame - e conforme especificações e exigências constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico 02/2013.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - São partes integrantes deste instrumento contratual, independentemente de transcrição o ato convocatório, o termo de referência e a proposta da Contratada.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA**

A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da nota de empenho, atendendo às especificações contidas no Anexo I do edital do certame, do qual sagrou-se vencedor, acompanhados de Nota Fiscal, devidamente discriminada com os itens, quantidades, especificações e demais informações pertinentes aos produtos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os equipamentos contratados deverão ser novos e entregues, em perfeito estado de conservação, armazenados nas caixas originais do fabricante, na Diretoria de Tecnologia da Informação, localizado na Edifício sede/Administrativo, situado na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, em João Pessoa, de segunda à quinta-feira, no período das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas e, na sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, em dias úteis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os equipamentos serão recebidos provisoriamente para verificação das especificações mínimas exigidas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os Produtos serão objetos de inspeção, que será realizada por técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação, e constará das seguintes fases:

- 1 - Abertura das embalagens;
- 2 - Comprovação de que o produto atende às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela Contratada, previstas no Anexo I do edital;
- 3 - Colocação do produto em funcionamento;
- 4 - Testes dos produtos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo n°: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 02-2013**

**PARÁGRAFO QUARTO** - Nos casos de sinais extremos de avaria de transporte ou de mau funcionamento do produto, verificados na inspeção do mesmo, este deverá ser substituído por outro com as mesmas características, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de realização da inspeção.

**PARÁGRAFO QUINTO** - No caso de descumprimento do prazo constante no caput desta Cláusula, o licitante será notificado extrajudicialmente, pelas vias administrativas, para que, em 72 (setenta e duas) horas, contados da data de recebimento da notificação, proceda a entrega do material ou venha apresentar, justificativa de impossibilidade de cumprir o compromisso contratual. Em ambos os casos, fica desde já estabelecido que o Ministério Público da Paraíba, poderá a seu critério cancelar a Nota de Empenho e convocar o segundo colocado da licitação, sem entretanto, alterar o direito do Ministério Público em promover cobrança administrativa, sem prejuízo das penalidades previstas no edital e legislação aplicável.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os equipamentos, objeto do presente contrato, somente serão considerados recebidos, de forma definitiva, após a emissão de Atestado de Recebimento Definitivo pela Diretoria de Tecnologia da Informação desta Procuradoria Geral de Justiça, através de vistoria e termo de recebimento, observada a plena consonância com as exigências do edital, especificações contidas no termo de referência e proposta vencedora da Contratada, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em duas vias.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do contrato, na forma da Lei n° 8.666/93..

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO**

O disposto no presente Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital do Pregão Eletrônico N.º 02/2013, Processo N.º: 2013/3631, observadas as disposições do Decreto N.º3.931/2001, Decreto N.º4.342/2002, Decreto N.º 5. 450/2005, da Lei N.º 10.520/2002, Lei N.º 8.666/1993 e, ainda, as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Processo nº: 2013/3631**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

1) Além daquelas estabelecidas no Termo de Referência que integram a presente cláusula, independentemente de transcrição, obriga-se a CONTRATANTE a:

a) Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, mediante a apresentação das respectivas faturas, devidamente discriminadas e atestadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação, através de crédito em conta corrente bancária, observando-se as disposições legais e do ato convocatório;

b) Atentar para que, durante a vigência da relação contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação, bem assim a sua compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

c) Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências contratuais;

d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

e) Permitir o livre acesso dos empregados da contratada, para a execução do objeto do contrato, desde que respeitadas às disposições do edital, apresentando documentos de identificação do pessoal que realizará a entrega dos equipamentos, dentre outras;

f) Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas e de natureza grave.

g) A Contratante obriga-se a exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento do objeto deste contrato, não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pelo objeto do contrato nas condições especificadas.

2) São obrigações da CONTRATADA:

a) Além das previstas no Termo de Referência e proposta vencedora do certame, que integram o presente instrumento e cláusula, independentemente de transcrição, assumir total responsabilidade pelo fornecimento, obedecendo ao que dispõe a proposta apresentada, termo de referência e edital do pregão;

b) Responsabilizar-se pelos serviços de execução de garantia;



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Processo nº: 2013/3631**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

- c) Entregar os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da nota de empenho;
- d) Atender ao chamado da CONTRATANTE, durante o prazo de garantia, em até 1 (dia) útil, para verificação de qualquer vício/falha no equipamento;
- e) Substituir o(s) equipamento(s) defeituoso(s) ou correção de defeito no prazo de até 10 (dez) dias corridos, depois de notificada e durante o prazo de garantia;
- f) Empregar mão-de-obra especializada e capacitada na execução dos serviços de garantia;
- g) Arcar com todas as despesas para o regular fornecimento, com entrega na sede do Ministério Público da Paraíba, situado na Capital do Estado;
- h) Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação;
- i) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia e expressa autorização do Ministério Público;
- j) assumir inteira responsabilidade sobre os impostos, taxas, transportes, frete, ou outros que decorram direta e indiretamente para o fornecimento;
- k) garantir, durante a execução deste Contrato regularidade fiscal perante as fazendas Municipal, Estadual e Federal, em compatibilidade com todas as obrigações por ela assumidas;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Os equipamentos, quando fornecidos, deverão ser novos e com garantia de, no mínimo, \_\_\_\_ (\_\_\_\_) **meses**, a partir do recebimento definitivo, para proteção contra defeitos, vícios ou imperfeições que os tornem inutilizáveis ou diminuam-lhes a capacidade de funcionamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de defeitos, vícios ou imperfeições em qualquer dos equipamentos, a respectiva substituição e/ou conserto será de



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

inteira responsabilidade da CONTRATADA, arcando esta com todas as despesas, observando-se o prazo de 10 (dez) dias corridos para substituição ou recuperação do defeito, quando este for possível, com as especificações e normas estabelecidas no Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os produtos deverão conter documentação em português, impressas em papel, e/ou em meio digital.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O prazo estabelecido no parágrafo primeiro para substituição e recuperação/conserto poderá ser aumentado, após justificativa escrita da impossibilidade do cumprimento apresentada pela CONTRATADA, sujeita a deferimento pela Diretoria de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Na hipótese de divergência entre a vigência estabelecida neste instrumento com o início e término da garantia em virtude do Atestado de Recebimento Definitivo, considerando qualquer possibilidade de não cumprimento pela contratada, deverá ser aditado para restabelecer o prazo de garantia, sem prejuízo de penalidades previstas.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A assistência técnica da contrata deverá solucionar o chamado de suporte técnico, após sua abertura por técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação do MP-PB, em até 05 (cinco) dias úteis, ao final dos quais, caso não tenha sido solucionado, deverá ser substituído por equipamento idêntico ou superior no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Cada aparelho adquirido deverá vir acompanhado de certificado de garantia individual.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS PREÇOS**

Pelo efetivo fornecimento do quantitativo, com garantia, objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o **valor unitário de R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) e **total de R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), referente às \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) unidades, não se admitindo qualquer reajuste sobre os valores originais propostos e vencedores indicados no quadro abaixo:



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013

Item	Und	Qtd	Descrição	Marca	V. Unitário (R\$)	V. Total (R\$)

### CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

A efetivação do pagamento será feita por meio de depósito em conta corrente através de ordem bancária, após a entrega do objeto deste Pregão, desde que atendidas as exigências deste Edital e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada, bem como a apresentação do Termo de Recebimento Definitivo emitido por servidores da Diretoria de Tecnologia da informação deste Ministério Público.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No pagamento, serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Municípios.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5 % (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termos do Decreto Estadual nº 32.086/2011.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Não haverá pagamento durante o prazo de garantia, somente sendo devidos valores correspondentes à aquisição.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os valores a serem pagos serão fixos e irrevogáveis, conforme proposta vencedora.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No caso dos produtos entregue em desacordo com as especificações, será estipulando o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento das exigências ou troca. Após satisfeita a obrigação, será lavrado o devido Termo de recebimento definitivo.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes do presente Contrato serão provenientes da dotação:

<b>Prog.trabalho</b>	<b>Projeto</b>	<b>Nat. Despesa</b>	<b>GR</b>	<b>FT</b>
<b>5046</b>	<b>4219</b>	<b>4490520</b>	<b>14</b>	<b>00</b>

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE CONTRATUAL**

O valor do Contrato será fixo e irrevogável durante o período de vigência, salvo disposições em contrário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do fornecimento/prestação dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá, nos termos do disposto nos Artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, após regular processo administrativo:

I – Advertência;

II - Multa, sendo:

a) de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do Contrato por dia de atraso para entrega dos bens;

b) de 2% (dois por cento) do valor do Contrato pelo descumprimento de qualquer obrigação contratual ou pela inexecução parcial do contrato;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da CONTRATADA em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, ou inexecução total do serviço/fornecimento;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto persistirem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a **CONTRATANTE**, após o ressarcimento dos prejuízos que a **CONTRATADA** vier a causar, decorrido o prazo de sanção aplicada com base nesta Cláusula.

**Parágrafo Primeiro** - A sanção estabelecida no item IV será de competência exclusiva do Ministério Público da Paraíba, facultada sempre a defesa da **CONTRATADA** no respectivo processo, nos termos do parágrafo terceiro do Art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**Parágrafo Segundo** - As multas previstas no item II não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Sem prejuízo de outras hipóteses legais, são motivos para a rescisão do presente Contrato, conforme o caso o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais e/ou prazos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses dos arts. 78, incisos I a XII e 79, da Lei n. 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos dos processos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - A **Contratada** reconhece os direitos do **Contratante** de rescindir o presente contrato, mediante notificação por ofício entregue diretamente ou por via postal, comprovado o recebimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de rescisão administrativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO GESTOR

Caberá a Diretoria de Planejamento do MP/PB gerir o presente contrato, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais, devendo, caso necessário, adotar as



medidas administrativas cabíveis, bem como evitar solução de continuidade do fornecimento do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial do Estado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I) a Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato;

II) Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação objeto deste contrato;

III) é vedado à Contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

IV) os casos omissos e as dúvidas suscitadas durante a execução deste contrato serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, e ainda de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, de forma escrita, por ser a legislação aplicável à execução do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente contrato, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure.

E por estarem as partes justas e acordadas, as partes firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam seus efeitos legais.

João Pessoa, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Processo nº: 2013/3631  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02-2013**

**OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO**  
Procurador-Geral de Justiça  
**CONTRATANTE**

---

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_